



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE**  
- Estância Balneária

**LEI Nº 2.383,  
DE 29 DE MAIO DE 2020.**

**Autoria: Executivo**

**INSTITUI O SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO  
NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
IGUAPE, EM CARÁTER EMERGENCIAL,  
DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA CAUSADA  
PELO CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**WILSON ALMEIDA LIMA**, Prefeito de Iguape – Estância Balneária, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, realizada em 26 de maio de 2020, aprovou por 11 votos favoráveis, e por isso sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído no âmbito da Prefeitura Municipal de Iguape o Serviço Auxiliar Voluntário, obedecidas as condições previstas nesta lei, como uma das estratégias para enfrentamento da crise gerada pela disseminação do coronavírus.

§ 1º - O voluntário que ingressar no serviço de que trata esta lei será denominado Agente Voluntário e estará sujeito, no que couber, às normas aplicáveis aos servidores públicos municipais.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá, por meio de decreto, instituir até 50 (cinquenta) vagas de Agente Voluntário, destinadas preferencialmente aos estagiários credenciados e em atividades nos órgãos da Prefeitura Municipal de Iguape.

§ 3º - O estagiário da Prefeitura Municipal que porventura aderir ao Serviço Auxiliar Voluntário não perderá o vínculo de estágio, porém deverá exercer as funções de Agente Voluntário em horário compatível com suas atividades de estudante e estagiário.

Artigo 2.º - O Serviço Auxiliar Voluntário objetiva aumentar o contingente de pessoal nas atividades diretamente ligadas à segurança da saúde da população durante o período de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE**

**- Estância Balneária**

quarentena, com ênfase nas medidas de combate à disseminação do coronavírus no município de Iguape.

Artigo 3.º - O Serviço Auxiliar Voluntário tem por finalidade a execução de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

Parágrafo único - No exercício das atividades a que se refere o “caput” deste artigo, o Agente Voluntário auxiliará o servidor público efetivo nas funções que pressupõem o exercício do poder de polícia.

Artigo 4.º - O ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário dar-se-á mediante manifestação da vontade do candidato por meio de celebração de termo próprio junto ao Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Iguape, com a demonstração do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - se homem, ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de 40 (quarenta) anos;

II - se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior;

III - estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV – estar matriculado em instituição de ensino superior oficial ou reconhecida pelos órgãos oficiais;

V - ter boa saúde, comprovada mediante apresentação de atestado de saúde expedido por órgão de saúde pública;

VI - não haver outro beneficiário do Serviço Auxiliar Voluntário, no seu núcleo familiar.

Artigo 5.º - O prazo de prestação do Serviço Auxiliar Voluntário será de 1 (um) ano prorrogável por igual período.

§ 1.º - O contrato de prestação do Serviço Auxiliar Voluntário será extinto se advier a cessação do período de quarentena instituída pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto 64.881, de 22 de março de 2020.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE**  
- Estância Balneária

§ 2.º - Findo o prazo previsto no “caput” deste artigo, sem manifestação expressa do Agente Voluntário, ou ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior e não havendo interesse da Prefeitura Municipal de Iguape, haverá desligamento automático do interessado.

Artigo 6.º - O desligamento do Agente Voluntário também ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – a qualquer tempo, mediante requerimento do interessado;

II - quando o interessado apresentar conduta incompatível com os serviços prestados.

Artigo 7.º - São direitos do Agente Voluntário:

I - auxílio mensal de até R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), à razão de R\$ 12,00 (doze reais) por hora trabalhada;

II – gratificação instituída pela Lei municipal 2.377, de 03 de abril de 2020;

III - uso de equipamento de proteção individual.

Artigo 8.º - A prestação do Serviço Auxiliar Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Parágrafo único - Fica vedada a criação de cargos em decorrência da instituição do Serviço Auxiliar Voluntário.

Artigo 9.º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Poder Executivo Municipal.

Artigo 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao início da vigência do Decreto estadual 64.881, de 22 de março de 2020.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IGUAPE**  
**EM 29 DE MAIO DE 2020**

**WILSON ALMEIDA LIMA**  
**PREFEITO**